

REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO: EDUCAÇÃO E POBREZA

Lucilia Carvalho da Silva

Graduada em Serviço Social, Mestre em Serviço Social pela UERJ.

Doutora em Educação pela UFF.

Docente da Faculdade Duque de Caxias e

Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.

Email: lucarvalho1977@gmail.com

Resumo: Este artigo levanta questões conceituais sobre a relação: educação e pobreza, situando o debate no contexto das particularidades das frações da classe trabalhadora brasileira, o que demarca o papel singular da educação na formação do consenso frente às exigências da reprodução ampliada do nosso capitalismo de periferia.

Palavras-chave: Educação. Pobreza. Classes sociais.

Abstract: This article raises conceptual questions about the relationship between education and poverty, placing the debate in the context of the particularities of the fractions of the Brazilian working class, which demarcates the unique role of education in the formation of consensus in response to the demands of the expanded reproduction of our peripheral capitalismo.

Keywords: Educacion. Poverty. Social classes.

1 - INTRODUÇÃO

No Brasil, as desigualdades próprias de um modelo concentrador de distribuição da renda que é permanentemente erigido pela contraposta socialização do pauperismo, torna premente nos discursos políticos governamentais, nas análises de intelectuais de diferentes matrizes de pensamento e nas agências de fomento a pauta da pobreza. Fenômeno não específico ao modo de produção capitalista, mas que sob sua égide ganha novo delineamento, pois, contraditoriamente, perde o sentido natural dos sistemas de castas e estamentos para um sentido de reversibilidade a ser alcançado pela adesão ao trabalho capitalista e à sociedade de mercado. Adjetivamos a pobreza como contraditória, porque apesar do ideário capitalista do horizonte possível de superação pelo desenvolvimento econômico, esta permanece como questão insolúvel dada as relações sociais de produção.

A não especificidade do fenômeno da pobreza, portanto, não elimina sua condição particular no capitalismo e, com maior intensidade, sua expressão generalizada no capitalismo dependente. Como fenômeno aparente, a pobreza se revela como fator derivado do fracasso individual, da incapacidade de satisfação de necessidades primárias pela via do mercado. Contudo, admite-se alguma intervenção do Estado para seu enfrentamento no limite da preservação do mercado consumidor interno, justificativa de ordem econômica.

Uma segunda justificativa para o enfrentamento da questão da pobreza é a motivação política. Na ótica da contrarrevolução burguesa, a pobreza representou, ao longo da história, um lócus privilegiado de vícios e ideologias nocivas à ordem e ao progresso capitalista. Portanto, a ação do Estado é motivada pela necessidade de intenso controle social da pobreza, seja pelas políticas de assistência social, seja pelos mecanismos de judicialização e criminalização dos pobres.

A pobreza tornou-se pauta importante também para a política educacional no Brasil. Marcada pela elitização e privatismo, a construção de um sistema universal de educação no nível da educação básica por parte do Estado representou e representa uma ação em direção à educação da população pobre. Não sendo a pobreza uma condição residual pelas particularidades de nossa inscrição na sociedade do trabalho capitalista, o lema da educação para todos, próprio da educação básica, significa a educação de todos os brasileiros pobres.

2- O DEBATE ESTRUTURAL SOBRE A POBREZA: A CONSTITUIÇÃO DA SOBREPOPULAÇÃO RELATIVA

Para tentar explicar conceitualmente o fenômeno da pobreza, dispomos, no âmbito da produção do conhecimento em Serviço Social, de uma variedade de pesquisas sobre as condições de existência dos trabalhadores que vivem em situação de pauperismo, situando o perfil da população no contexto das atuais políticas de seguridade social, nas quais o eixo da política de assistência social comparece com maior protagonismo no Brasil.

Por outra vertente, um segundo conjunto de pesquisas desmistificam o conceito hegemônico de pobreza, mediante a crítica sobre a redução das expressões da *questão social* ao fenômeno do pauperismo, perspectiva que des-contextualiza e des-historiciza o objeto das condições estruturais de produção da riqueza no modo de produção capitalista (MAURIEL, 2010).

O eixo comum nas pesquisas de Serviço Social que tomam a tradição marxista para análise do fenômeno e conceituação da pobreza é que, tomada como objeto “em si”, a pobreza ou a condição de ser pobre escamoteia as determinações estruturais que configuram a classe trabalhadora em suas dimensões objetivas e subjetivas.

Ao revisitar na obra de Marx (1980) uma interpretação para o fenômeno do pauperismo no modo de produção capitalista, encontramos uma exposição das diferenças internas da classe trabalhadora na sua relação com o trabalho. Ao tratar da especificidade deste modo de produção, conclui que um dos seus pressupostos fundamentais consiste na produção da acumulação na mesma proporção em que produz uma população trabalhadora supérflua relativamente, tornada excedente, uma vez que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital. Marx considerou que o modo de produção capitalista para produzir mais-valia, acumular e expandir o capital precisa constantemente reduzir os custos com o capital variável - a força de trabalho - pelo incremento do capital constante - os meios de produção.

O processo de produção, nestes termos, demanda a redução do tempo socialmente útil à realização do trabalho necessário para a produção dos meios de subsistência do trabalhador e o aumento do trabalho excedente que atribui valor às mercadorias. O desenvolvimento das forças produtivas promoveu a distância abissal entre o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente, o que consiste o substrato das duas maiores contradições do capital – a primeira, o aumento da produtividade que redundava no aumento da produção de valores de uso, o que não importa ao capital; a segunda, a necessidade de destruição de força humana de

trabalho para garantia da acumulação, o que na mesma medida representa a destruição de sua única fonte de valor (TUMOLO, 2001).

Para tanto, o capital precisa reduzir os custos com o trabalho vivo, que dependendo das condições de produção e necessidades da acumulação, pode variar entre um número pequeno de trabalhadores ou um número significativo, desde que a variação do número de trabalhadores represente o mesmo custo para o capitalista, o que impactará no valor dos salários e no grau de expropriação do trabalhador. Segundo Marx, *o acréscimo do capital variável é então índice de mais trabalho, mas não de mais trabalhadores empregados* (Marx, 1980, p. 737). Ou seja, a existência de uma superpopulação relativa disponível para atender as nuances da produção capitalista é a alavanca da acumulação e expansão do capital.

Aparentemente, a população excedente está à margem do processo produtivo, contudo, integra uma lógica de expropriação da força de trabalho funcional ante as exigências da acumulação, que trará impactos para as condições de ser e de existir da classe trabalhadora. Ora porque serve de mecanismo regulador do valor dos salários, ora porque promove a concorrência entre trabalhadores, o que em última instância, regula as condições da luta de classes. Como para Marx (1980) a superpopulação tornada supérflua é temporal, uma vez que dependendo das contingências da acumulação é incorporada ou descartada pelos variados ramos de produção, o excedente de trabalhadores não é absoluto, mas mantém uma relativa existência no modo de produção capitalista.

No tempo de Marx, a superpopulação relativa era majoritariamente industrial. O autor observou que a indústria moderna do século XIX transformava uma parte da população trabalhadora em desempregados ou parcialmente empregados, o que constituía condição primordial de sua manutenção. No entanto, Marx percebia uma distinção interna que configuram frações no interior da classe trabalhadora excedente.

A primeira delas Marx (*Id.*) denominou de população flutuante, caracterizada pelos trabalhadores que ora são atraídos, ora são expulsos dos processos produtivos tornando-se desempregados. A superpopulação flutuante emigra na mesma proporção do capital. Marx exemplifica que os segmentos da população flutuante eram em geral: os jovens não aproveitados pela indústria depois de alcançada a maioridade; uma crescente população trabalhadora feminina em detrimento da população masculina; trabalhadores atados a determinados ramos de produção como produto da divisão do trabalho, o que não os permitia

migrar com facilidade para outros ramos de produção quando desempregados; e trabalhadores de idade mediana substituídos por uma população mais jovens e mais sadia.

Uma segunda fração da superpopulação relativa é produto da industrialização do campo, uma vez que a produção capitalista, ao se apoderar da agricultura, reduzia a procura absoluta da população trabalhadora rural. Marx observou que a migração dos trabalhadores rurais para a cidade correspondia a uma população no campo tornada supérflua, constantemente latente. A parte empregada recebia salários baixos e sobrevivia com o *pé no pântano do pauperismo* (MARX, 1980, p. 746).

Marx sinalizou, ainda, a existência de uma fração empregada da superpopulação relativa, contudo, relegada a ocupações irregulares e mal pagas, que não garantiam sua reprodução em níveis considerados normais para o proletariado. A esta fração, Marx denominou de população estagnada. Para Marx, *duração máxima de trabalho e mínimo de salário caracterizam sua existência* (Ib., id., p. 746), o que representa para o conjunto destes trabalhadores condições de vida abaixo da média geral da classe trabalhadora.

Por último, destaca que *o mais profundo sedimento da superpopulação relativa vegeta no inferno da indigência, do pauperismo* (Ib., id., p. 746). Retirando o lupemproletariado, caracterizado pelos vagabundos, prostitutas e criminosos de toda a sorte, Marx encontra uma subcategorização dos pauperizados. Primeiro, os aptos ao trabalho, segundo, os órfãos e indigentes e, terceiro, os incapazes para o trabalho como os mutilados, enfermos, viúvas, etc. Apesar de caracterizar os trabalhadores em situação de pauperismo como o *peso morto do exército industrial de reserva*, Marx não percebia nesta fração de classe uma externalidade ao modo de produção capitalista. Ao contrário, a produção e necessidade da população pauperizada se explicavam na produção e na necessidade da superpopulação relativa, ou seja, ambos são constitutivos da produção capitalista e do processo de acumulação da riqueza. O pauperismo para Marx é produto das relações sociais estruturais engendradas no capitalismo.

Netto (2007), ao retomar os escritos de Marx acerca da lei geral de acumulação capitalista, aponta duas naturezas na qual se expressam o fenômeno do pauperismo – a pobreza absoluta e a pobreza relativa. A pobreza (pauperização) absoluta refere-se à degradação geral das condições de vida do trabalhador – queda de salários, condições precárias de alimentação e moradia, aumento do desemprego, etc. A pauperização em termos relativos corresponde a uma redução do acesso à parte que lhe cabe do total das riquezas produzidas, a despeito de melhorias nas suas condições de renda, alimentação e/ou moradia.

Sendo o pauperismo, ainda que relativo, insuperável no modo de produção capitalista, as variações de níveis e padrões dependem dos múltiplos fatores que Marx aponta para a definição do tempo socialmente necessário para reprodução do trabalhador, sobretudo, os que dizem respeito a certo grau de civilização de um país - o que significa a forma de inscrição de um Estado-nação à sociedade burguesa. Nossa questão passa pela necessidade de entendimento sobre como o pauperismo se expressa no Brasil, influenciando os modos de vida das frações da classe trabalhadora na sua relação com o trabalho e com a educação.

3- EDUCAÇÃO E POBREZA: ASPECTOS CONCEITUAIS.

A educação dos pobres é a tônica da universalização da educação brasileira por parte do Estado, uma educação voltada para o conjunto majoritário dos trabalhadores, representados por proletários e subproletários. O que está em questão na nossa análise, portanto, é a educação da classe trabalhadora no Brasil, que nos termos de Singer (1981) é formada por pobres que trabalham.

A relação educação e pobreza no Brasil apresenta dois sentidos fundamentais: a perspectiva salvacionista de solução da pobreza e o sentido comprobatório das condições precárias de vida pela ausência de escolarização, acompanhadas por outras negações de bens materiais, culturais e simbólicos. Ou seja, a escola “salva” o pobre, enquanto sua ausência comprova a condição de ser pobre.

Se o primeiro sentido demonstra sua inoperância frente à impossibilidade de superação da pobreza no modo de produção capitalista, o segundo revela uma realidade concreta dos trabalhadores precarizados e subproletários no Brasil. A educação dessas frações da classe trabalhadora é símbolo das negações de natureza variada.

Nas últimas décadas, com o legado pós-neoliberal representado pelos custos sociais decorrentes das políticas de estabilização monetária, do enxugamento dos gastos públicos (essencialmente, com as políticas sociais) e do arrocho salarial, dentre outras medidas para aumento das taxas de acumulação, a *questão social* foi reduzida à temática da pobreza em inúmeras pesquisas de variados ramos de conhecimento. Reconceituada a partir de referências teóricas da escola francesa, as expressões da pobreza passam a compor o que alguns teóricos denominaram de uma *nova questão social* (ROSANVALLON,1998; CASTEL, 1998), produto das mudanças na esfera da produção, da crise da regulação social assentada no salário e das alterações no padrão de proteção social do Estado nos países de capitalismo central.

Tais conceitos, emergentes na década de 1990, tentaram explicar a generalização da precarização das condições de trabalho e a socialização da pobreza, inclusive nos países imperialistas. O fenômeno do pauperismo ganha significado nas noções de *vulnerabilidade social*, *exclusão social* e *desfiliação*, cujo ponto de confluência é a perspectiva de uma crise da sociedade salarial que reclama por políticas de integração reguladas pelo Estado como forma de saída para o esgotamento do compromisso fordista na relação capital e trabalho. A educação comparece como uma das principais estratégias para enfrentamento dos efeitos de determinações de base estrutural.

A lacuna nas análises contemporâneas sobre a pobreza é que elas autonomizam a questão da precariedade das condições estruturais que conformam hoje o capital-imperialismo (FONTES, 2010) e o decorrente padrão de acumulação flexível. Entendida como problemas de “coesão social”, o fenômeno da pobreza restringe seu nexos causal à crise da regulação salarial, ou como diria Wanderley Guilherme dos Santos (1979), à crise da cidadania regulada. Escamoteando a essência da precariedade no coração das relações sociais de produção, seu alargamento é a maneira como o capital responde às suas sucessivas crises estruturais. O resultado é o superdimensionamento dado ao papel da educação, especialmente, a educação profissional na reversão da precariedade.

No caso brasileiro, Yannoulas (2013) observa uma crescente importância da temática sobre a relação educação e pobreza na década de 2000, entendida pela autora como um campo polissêmico ainda em definição. Em parceria com o grupo de pesquisa da Faculdade de Serviço Social da UNB, denominado Trabalho, Educação e Discriminação, a autora faz um levantamento das produções acadêmicas sobre a temática no Brasil e propõe duas maneiras centrais de categorização: a compreensão da relação educação e pobreza pelo prisma da pobreza e o entendimento dessa relação pelo prisma do sistema escolar.

Pelo prisma da pobreza, a relação educação e pobreza configura-se como mediação entre as políticas de assistência social e educação, espaço no qual as concepções de pobreza e cidadania definem padrões mínimos de direitos ao acesso à educação no âmbito de um espectro de necessidades que demandam provimento (YANNOULAS, 2013). A escola, nessa perspectiva de análise, é ampliada para menos, dadas as múltiplas funções que lhes são atribuídas como forma de controle e gestão da pobreza em detrimento das suas funções propriamente educativas (ALGEBAILLE, 2004). Para Yannoulas, o conjunto de estudos que enfocam a temática parte da crítica à delimitação dos limites da pobreza e do estabelecimento do grau de qualidade e quantidade da educação ofertada aos pobres pelo Estado.

Por outro prisma, a relação educação e pobreza é explicada pelo fracasso educacional da população pobre no âmbito do denominado “sistema escolar”. A pobreza neste conjunto de produções acadêmicas é percebida pela noção de “exclusão”, o que, na visão da autora, significa passar da *ótica de patamares de carência para um enfoque dinâmico, cumulativo e multidimensional* (YANNOULAS, 2013, p. 49), incorporando a dinâmica de seletividade na educação pela classe, pela etnia/raça e pelo gênero. O ponto de confluência entre os autores é a identificação de que o sistema educacional tal como é organizado no Brasil não é capaz de incorporar os segmentos mais pobres da população, o que resulta na restrição de acesso a oportunidades e de relações equânimes entre excluídos/incluídos.

A síntese apresentada por Yannoulas das duas categorizações é a proposição de que, na primeira filiação de estudos, a política de educação básica perde seu caráter educativo assumindo funções de gestão da pobreza, enquanto, pelo segundo prisma, o sistema educacional em vigor não inclui intrinsecamente a população pobre. Isso põe em questão o modelo escolar e sua capacidade de incorporar a todos os segmentos da população com uma oferta educativa de qualidade.

As concepções sobre a relação educação-pobreza, ao dimensionarem os efeitos do modelo de educação para os pobres e a sua não educação, ignoram o conteúdo de conformidade do padrão de educação, ou, ampliando a ideia, secundarizam o processo de produção social da educação (entendida como escola) e da pobreza. Com base nas pesquisas sobre a educação dos pobres justificam-se as políticas de correção dos efeitos da pobreza, seja pelas propostas de mudanças do sistema escolar, seja pelo desenvolvimento de medidas compensatórias no campo da assistência social. A saída para o paradoxo presente na relação educação e pobreza - os pobres precisam de educação para uma suposta superação da pobreza, mas não a acessam na qualidade e quantidade necessárias – encontra na racionalização da política educacional a estratégia exclusiva de resolução do problema.

Nas últimas décadas, no Brasil, a orientação do Estado para alívio da pobreza é um conjunto de medidas focais destinadas por um recorte dos limites do pauperismo, aferidos por indicadores que visam quantificar a pobreza, cujo maior expoente é o programa de transferência de renda do governo federal, Programa Bolsa Família. A delimitação daqueles que são mais pobres e carecem da intervenção do Estado restringe a perspectiva da noção universalizante de acesso a direitos para a perspectiva de uma regulação voltada para o *cidadão pobre* (MOTA, 2001). A educação não foge aos limites da focalização das demais

políticas sociais, sendo alvo de estratégias residuais para intervir em problemas de ordem estrutural.

A focalização se expressa de maneira distinta no campo da educação básica do que ocorre, por exemplo, na educação profissional. Na educação básica, a focalização é operada pela universalização sem qualidade de acesso, portanto, a oferta educacional destina-se, ainda que não socialmente admitida, às frações da classe trabalhadora que não podem arcar com os custos do serviço privado de educação. No quesito da oferta privada de ensino, os níveis de qualidade são distintos de acordo com as possibilidades de custeio de cada aluno e/ou família. A focalização na educação básica estatal ocorre, portanto, pela ampliação – universaliza-se a educação para um contingente específico de cidadãos brasileiros, o *cidadão pobre*.

Na educação profissional e tecnológica, uma miríade de ofertas educativas, programas e cursos, públicos e privados são recortados para grupos específicos, especialmente, os cursos integrados à educação, que dada a limitação das vagas, demonstra seu caráter residual. Nessa modalidade de educação, observa-se uma oferta educativa para cada fração da classe trabalhadora. Para as frações mais pauperizadas, resta uma oferta educacional aligeirada, apartada do compromisso de elevação da escolaridade.

Defendemos que a perspectiva do que se apresenta como uma oferta educativa para a empregabilidade e conseqüente superação da condição de pobreza corresponde a um projeto de educação para a classe trabalhadora brasileira, adjetivado pela subserviência às necessidades do capital imperialismo subalterno na propagação em escala ampliada da formação para o trabalho simples.

4 – ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

A reforma educacional centrada na expansão da educação profissional e tecnológica no contexto das gestões de Lula e Dilma e a atual reforma do ensino médio pós-impeachment revelam traços de continuidade e descontinuidade que precisam ser observados frente à pauta transnacional para a educação brasileira, que hoje é atravessada pelas disputas das frações burguesas internas e externas que conformaram o golpe parlamentar no Brasil.

Na pauta da educação, especialmente na escolarização do ensino médio, sobrepõem-se os discursos do desenvolvimento autônomo (falácia do capitalismo dependente) e da necessidade de inclusão de jovens e adultos desempregados e subempregados, com

consequentes impactos positivos para superação dos níveis de pobreza absoluta. Ignoram-se as impossibilidades históricas de eficácia das “políticas de inclusão” frente aos mecanismos de produção social do pauperismo que mantém a massa da população brasileira num eterno ponto de regressão social.

Ademais, é preciso sinalizar que as reformas no campo da previdência e do trabalho tendem a eliminar as formas já parcas de segurança social no Brasil, aprofundando o fosso da desigualdade e empurrando estratos significativos de cidadãos brasileiros a situações de pobreza e miséria extremas.

Relegar à educação, especialmente a educação de cunho instrumental ao trabalho imediato, o potencial para resolução dos problemas sociais brasileiros funciona mais como instrumento de reforço subjetivo de percepção de pertencimento social do que, objetivamente, a melhoria nas condições de vida de quem vive da oferta de sua força de trabalho.

5- REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline B. **Escola Pública e Pobreza**: expansão escolar e formação das escolas dos pobres no Brasil. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004 (mimeo).

BRAGA, Ruy. **A Política do Precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJ, UFRJ, 2010.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**: O Processo de Produção Capitalista. Livro I, Vol. 2. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MAURIEL, Ana Paula. Ornellas. **Pobreza, seguridade e assistência social**: desafios da política social brasileiro. In: *Revista Katálysis*. V. 13, Nº 12, Universidade de Santa Catarina, Portal do Serviço Social, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/16526>. Acesso em 05 de março de 2017.

MOTA, Ana Elisabete. **Cultura da crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, José Paulo. **Desigualdade, pobreza e Serviço Social.** In: Revista Em Pauta. Teoria Social e Realidade Contemporânea. Nº 19, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, 2007. p. 135 – 170. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/190>. Acesso em 05 de março de 2017.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira.** Rio de Janeiro: Ed. Campos, 1979.

SINGER, Paul. **Dominação e Desigualdade:** estrutura de classes e repartição da renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SOARES, Laura Tavares. **Ajuste neoliberal e desajustes sociais na América Latina.** [Tese de Doutorado]. Instituto de Economia. Campinas/SP: UNICAMP, 1995.

STANDING, Gui. **O Precariado:** a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

ROSANVALLON, Pierre. **A nova questão social:** repensando o Estado Providência. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

TUMOLO, Paulo. **O Significado do Trabalho no Capitalismo e o Trabalho como Princípio Educativo:** ensaio de análise crítica. 24ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Caxambu, MG, 07 a 11 de outubro de 2011.

YANNOULAS, Sylvia C. **Literatura Recente sobre uma Antiga Problemática.** In: YANNOULAS, S.C. (org.) Política Educacional e Pobreza. Múltiplas abordagens para uma relação multideterminada. Brasília: Liber livro, 2013.